O mito de Pandora e a mulher amazônica na mitologia ancestral indígena

Suely Justino Cavalheiro de Meira[1]
Joanna da Silva[2]

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel disciplinador do mito nas sociedades tradicionais, e como este se faz presente na mitologia ancestral indígena dos povos da Amazônia, em especial a forma negativa com a qual a mulher é caracterizada, também comum em outras narrativas mitológicas universais, como o mito da criação e o mito de Pandora, pois estes trazem como ponto comum a (des)obediência e a (in)subordinação imposta ao ser feminino. No decorrer da análise busco enfatizar a necessidade do resgate e preservação da cultura Amazônica através das narrativas orais, demonstrando que a partir destas narrativas torna-se possível conhecer um pouco mais da história dos povos nativos. Discuto também a respeito da autoridade masculina imposta à mulher na tradição ancestral, e o motivo pelo qual essa desigualdade de gênero é evidenciada culturalmente através de milênios, cujos paradigmas são construídos a partir de um processo social e cultural.

Palavras-chave: Mito. Mulher amazônica. Narrativa ancestral indígena.

Abstract:

This work has as objective to analyze the disciplinary role of myth in traditional societies, and how it is present in the indigenous ancestral mythology of the peoples of the Amazon, especially the negative way that the woman is characterized, also common in other universal mythological narratives such as the creation myth and the myth of Pandora, because these myths bring as common point the (dis) obedience and the (in) subordination imposed to woman. During the analysis I seek to emphasize the need to recover and preserve the Amazon culture through oral narratives, demonstrating that from these narratives becomes possible to know a little more about the history of the native peoples. We also discuss about the male authority imposed on women in ancient tradition, and the reason for that gender inequality is evident culturally through millenniums of which paradigms are built from a social and cultural process.

Key-words: Myth. Amazon Woman. Indigenous Ancestral Narrative.

---

[1]Acadêmica finalista do curso de Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Inglesa, do IEAA/UFAM.
[2]Professora Mestra do Curso de Letras do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente da Universidade Federal do Amazonas - Orientadora deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

1. Introdução

A literatura é uma fonte inquestionável de transmissão de conhecimento, e exerce a função de transmitir conhecimentos e valores culturalmente determinados pela sociedade em seu transcurso histórico social. Através das obras literárias e das narrativas orais a cultura de um povo pode ser expressa e identificada, assim como também resgatada e transmitida a futuras gerações.

Todas as sociedades passaram/passam por intensas mudanças no seu desenvolvimento. Quando se trata da sociedade Amazonense, verifica-se na obras literárias e históricas que em seu desenvolvimento houve grandes alterações culturais, e que muitos desses conhecimentos a respeito do modo de vida, e da cultura dos povos tradicionais da Amazônia, assim, como também em outras culturas, ainda nos são acessíveis na atualidade graças aos estudos e pesquisas realizados por estudiosos de diferentes áreas de conhecimento, que buscaram por meio de suas pesquisas identificar, resgatar e também relatar suas descobertas às futuras gerações.

A partir deste contexto, este trabalho tem como finalidade analisar a representação da mulher na cultura ancestral indígena, a partir do contexto histórico-cultural no qual se insere a obra "Monronguêtá, *um decameron indígena*", de autoria do escritor e antropólogo Manuel Nunes Pereira, cuja obra busca resgatar por meio das narrativas orais dos índios da Amazônia, aspectos relevantes acerca de sua tradição sociocultural.

Utilizando como foco de análise o conto intitulado "Mito de Macunaíma e as mulheres curiosas", que terá como metodologia a abordagem critico/analítica direcionada a questões de representação do ser feminino através da simbologia mitológica indígena presente nas narrativas ancestrais dos povos indígenas da Amazônia. Para tanto, a presente análise buscará suporte teórico em autores como BEAUVOIR (2008) CANDIDO (2006), COELHO (2009), KRUGER (2011), SOLIN (2009), SOUZA (2011), entre outros. Com base nestes autores, busco desenvolver uma análise a respeito das razões e princípios que levam a construção de estereótipos representativos do ser feminino e das relações de gênero que se fazem representar socialmente, submetendo a mulher a uma representação estereotipadamente negativa.

É importante averiguar nas produções literárias o contexto social e histórico no qual uma obra encontra-se inserida para, a partir deste contexto, discutir a posição ocupada pela mulher naquela sociedade vigente. Por isso, busquei analisar no mito indígena a relação de poder que o homem tem sobre mulher, as formas com que ele exerce este poder nesta sociedade, levando-se em consideração as bases ideológicas construídas culturalmente.

2. Literatura brasileira e a (não)representação da cultura local

A Literatura pode ser definida, antes de tudo, como Arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, a luta e aspirações de um povo em um determinado contexto histórico-social, assim como também os anseios individuais, o imaginário encantador, os sonhos e ideais que coincidem com os anseios e a fantasia de uma coletividade. Neste sentido SILVA (2003), define a literatura como um fenômeno ligado à vida social, criada dentro de um determinado contexto histórico e social no qual uma comunidade encontra-se inserida. Assim, através da literatura podemos identificar quais os valores culturais de uma determinada sociedade na qual a obra literária se originou.

De acordo com Nelly Novaes Coelho (2009), a literatura é um dos principais veículos de transmissão de culturas e valores de um povo, e através da literatura o homem tem a oportunidade de transformar a sua experiência de vida, avaliando sua consciência de mundo. A literatura desempenha a função de modificar e disciplinar a sociedade, pois desde sua origem ancestral, através das narrativas orais, composta por histórias narradas que passavam de geração a geração, ela desempenha o papel de atuar de forma disciplinadora sobre a mente do indivíduo.

No Brasil, a literatura, como assinala Antônio Candido (2006), surgiu com o intuito de valorizar o país, elevar a grandeza nacional e cultural, porém, ocultando, desde então, os valores culturais do povo local, no caso, as comunidades indígenas pois, o que se construiu foi uma literatura requintada para deleite e apreciação dos nobres e "cultos", e para isso deveria, claro, identificar-se com os hábitos e valores do "colonizador", e não do "povo colonizado".

De fato, o que se concretizou nesse período inicial da literatura brasileira foi uma literatura produzida pela elite daquela época, cuja preocupação era impor sua cultura e valores sociais e cristãos sobre a população local, e não se interessou pela diversidade cultural que a nova terra já possuía, ou seja, a riqueza cultural presente no imaginário multifacetado dos povos indígenas que habitavam o vasto território brasileiro, e que se fazia presente através da oralidade.

As primeiras manifestações literárias no Brasil, representadas pelas cartas dos cronistas, tripulantes das expedições de descobrimento do "novo mundo", ignoraram, e desvalorizaram a realidade sociocultural das várias nações indígenas que povoavam a "nova terra descoberta".

Posteriormente, durante o período colonial, e pós-colonial, pouco se modificou, tendo em vista que nossos romancistas se conservavam fiéis aos padrões literários europeus, que cultuavam uma literatura requintada, cuja inspiração e conceitos partissem da sociedade abastada.

Porém, a partir do século XIX surge, de acordo com CANDIDO (2006), uma problemática na literatura nacional, pois se exigia, a partir do movimento romântico no Brasil, que se elaborasse um estilo literário “mais adequado” e que melhor expressasse os nativos e a cultura regional, sem que fosse rejeitado pelo público leitor da época, dessa maneira, o processo de transfiguração da realidade local passa a ocupar espaço na literatura brasileira, em obras como, por exemplo, “O Guarani” e “Iracema”, do autor José de Alencar, entre outros. Obras nas quais os índios são descrito com encanto e nobreza, sendo caracterizados de maneira distorcida ao figurar como personagens heróis dentro dos moldes românticos, “embelezados” em seus costumes e atribuindo-lhes comportamentos requintados e nobres, cuja imagem igualava-se aos padrões do cavalheirismo europeu.

Este processo de caracterização “transfigurada” do indígena brasileiro na produção ficcional perdurou até o início do século XX, quando o advento do Movimento Modernista propôs uma reforma de atualização e adequação à realidade sociocultural brasileira na Arte e na Literatura, esse movimento objetivava analisar de maneira moderna a sociedade e a cultura do Brasil, valorizando temas tipicamente brasileiros e regionais, destacando, desta forma, a cultura local de um povo miscigenado. Por isso, os modernistas optaram por usar uma linguagem simples, coloquial, levando em consideração as variações linguísticas de um País, no qual deferentes povos e culturas interagiam e se contextualizavam.

Contudo, a nação e a tradição do Brasil foram engrandecidas, sem fugir do seu estado real, a natureza e o ambiente rústico foram integrados com êxito na literatura, enfatizando, desse modo, o homem em seu habitar natural, levando em conta o primitivismo que antes era acobertado pelos escritores do período romântico.

Os escritores modernistas buscaram a inovação literária tanto na estética quanto nas temáticas. Encontraram no folclórico e na arte primitiva a inspiração para obras nacionalista, nomeando o índio e o negro como uma representação do primitivismo nacional. Mário de Andrade, Guimarães Rosa, entre outros, podem ser citados como escritores que representaram com êxito esse movimento, pois em sua escrita utilizam uma linguagem informal, e ao mesmo tempo bem elaborada, representando a maneira de falar de um povo que tem em seu vocabulário uma variedade linguística.

Mário de Andrade, por exemplo, em sua obra Macunaíma, apresenta um importante resgate das lendas indígenas que compõem adversidade cultural brasileira, demonstrando que tais diferenças deveriam ser expressas e aceitas com seu devido valor no campo literário brasileiro. Através da personagem Macunaíma, “o herói sem nenhum caráter”, Mario de Andrade atribui caracteres que dão ao personagem a condição de representar simbolicamente o

povo e sua cultura. O autor também busca, através de estudos folclóricos, etnográficos e relatos mitológicos, expressar em sua obra a cultura brasileira.

Assim, para definir o motivo pelo qual sucedeu essa representação "distorcida" da cultura local na literatura brasileira, anterior ao Movimento Modernista, faz-se necessário considerar dois importantes conceitos apresentados por Antônio Candido (*op. cit.*): o primeiro consiste em esclarecer que a obra necessita estabelecer um papel mediador entre o autor e o público, atentando que, por muito tempo no Brasil, o público leitor pertencia essencialmente à elite, portanto, este era um dos pressupostos para que o autor usufruísse da aceitação de sua obra junto àquele público leitor. O segundo conceito é que o meio influência o autor, e que, vice-versa, o autor também influencia o meio através de sua escrita.

Uma obra literária pode reforçar no leitor valores sociais, comportamentais, éticos e morais. Assim, de acordo com Candido (*op. cit*.), é possível verificar que um dos motivos pelos quais a cultura brasileira foi de certa forma, distorcidamente representada na literatura, tem como base a problemática da aceitação dos valores culturais pela classe dominante. Não esquecendo também, que os colonizadores europeus estavam muito mais interessados na exploração e no mercantilismo das riquezas naturais do "Novo mundo" e, consequentemente, para isso, necessitavam impor sua cultura à população local, com a finalidade de dominar e subjugar esta população, como é característica das empresas colonizadoras ao longo da história, do que observar e/ou valorizar a cultura autóctone.

2.1 O povo amazônico e sua cultura sob o julgo do colonizador europeu

Quando nos reportamos às primeiras expedições que adentraram a Amazônia a partir dos meados do século XVI, é possível constatar que a visão e os procedimentos dos primeiros expedicionários que adentraram a Amazônia não foram diferentes daqueles que compunham a expedição oficialmente reconhecida como aquela que "descobriu o Brasil", comandada por Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500.

A este respeito, Neide Gondim (2007), nos esclarece que os estrangeiros tinham dificuldades em assimilar e aceitar as diferenças culturais das "novas terras descobertas", e, no caso do Brasil, qualificavam e descreviam os índios e seus costumes com um olhar julgador, condenando-os e discriminando-os em seus costumes e cultura originária, pois acreditavam que os indígenas eram criaturas preguiçosas, bárbaras, que comiam parentes e inimigos, ou seja, eram vistos como verdadeiros animais.

De acordo com Souza (*op. cit*.), a apresentação nos relados da suposta natureza aberrante do índio amazônico, aparece como forma de mascarar a realidade. O índio é exposto de maneira sarcástica, como indivíduo primitivo e bárbaro, na moldura da paisagem paradisíaca amazônica, um ser irracional que integrado no ambiente natural, viviam em espaço um vazio. O colonizador não aceitava as diferenças e nem buscavam entendimento para as ações e práticas dos índios, seus pensamentos eram de avaliação.

Segundo Gondim (*op. cit*.), os europeus traziam em sua concepção a teoria de que o homem era o núcleo do cósmico, no caso o homem branco, e os povos indígenas, por serem considerados selvagens e desumanos, e por não seguir uma religião estruturada sob a concepção do cristianismo, nem uma sociedade fundamentada em preceitos morais, de acordo com as leis estabelecidas pelos europeus, não se encaixavam nos pressupostos universalizantes, por isso eram classificados como "seres sem alma".

Os relados dos europeus que adentraram a Amazônia em meados do século XVI, ainda segundo Gondim (*op. cit.*), eram enriquecidos com descrições fantásticas, porém, fantasiosas e exageradas, cujas histórias de fortunas incríveis, como o "Eldorado", que consistia na lendária cidade de ouro submersa em alguns dos rios amazônicos, e também a lendária tribo das mulheres guerreiras, "As Amazonas", fazem parte da sequência de narrativas "mitológicas"[3] que contribuíram para enriquecer o que Neide Gondim denomina como"a invenção da Amazônia".

Esses relados tinham a clara intenção de informar e despertar a curiosidade do mundo europeu para as novas terras descobertas, com sua imensa flores e rios, além da diversificada fauna e flora. Logo foram estas as descrições que chegaram ao público leitor, interessado pelas novas descobertas, formando assim uma ideia distorcida da realidade deste "novo mundo" recém descoberto e da cultura dos povos indígenas que nele habitavam, e ainda habitam.

Souza (*op. cit.)* acrescenta que estes relatos eram constituídos de louvação desenfreada da natureza exuberante, mas uma natureza de exuberância utilitária, abrindo as entradas à sua exploração econômica, e os povos indígenas passaram a ser ameaçadores por estarem no

---

[3]Tidas como "as guardiãs do Éden tropical", as amazonas tornaram-se notícia em toda a Europa, porém, nenhum outro registro sobre elas foi encontrado, a não ser aqueles realizados pelos expedicionários daquela época. Tamanha foi a notoriedade que quiseram "implantar" nessas personagens "exportadas" da mitologia grega, que batizaram com o nome delas o grande rio em cuja proximidade diziam que elas habitavam, o "Rio Amazonas. Já a lenda do Eldorado refere-se à cidade encantada localizada no fundo rio, que atraiu a cobiça desses mesmos expedicionários à região. Uma lenda que segundo escritor Milton Hatoum (2008) ainda permanece viva no imaginário do povo amazônico, pois muitos nativos e ribeirinhos acreditavam – e ainda acreditam – que no fundo do rio ou lago existe uma cidade rica, esplêndida, povoada por seres encantados.

caminho do progresso e não apresentarem ambição progressista. Pois, os europeus acreditavam que os nativos faziam parte de uma cultura que ficou paralisada no passado, e que caberia a sociedade mais avançada direcioná-los ao caminho do desenvolvimento.

2.3 A colonização na Amazônia e o "apagamento" da cultura local.

Ao analisarmos a culturas e a história de um povo ou nação, verifica-se que as narrativas orais serviram como base e principal veículo de transmissão de valores deixados pelos nossos antepassados, e que através da literatura oral podemos adquirir conhecimentos a respeito da cultura de nossos antepassados, que também serão transmitidas as futuras gerações. Ressaltando que os povos primitivos não dominavam a escrita, e assim manifestavam sua experiência de vida através de desenhos representativos em pedras e cavernas, porém suas histórias, mitos, lendas e outras formas de manifestação cultural foram transmitidas de geração em geração através da narrativa oral, chegando ao conhecimento das gerações atuais, cabendo a esta a responsabilidade de valorizar, preservar e transmiti-la às futuras gerações por meio de ideologias renovadas.

Para tecer uma abordagem crítica a respeito do apagamento da cultura local que ocorreu na Amazônia é preciso considerar em primeiro lugar o conceito básico e antropológico de cultura proposto por Bechara (2011), no qual afirma que cultura é um conjunto de experiências e conhecimentos que caracterizam um determinado povo, nação e região.

Neste sentido, Alfredo Bose (1992) acrescenta que cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às futuras gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social, ou seja, cultura é tudo que se cultivou em uma sociedade, e será transmitido de geração em geração, para que a sua identidade não se "apague" com o passar do tempo. Logo, o que se propaga são ideias e valores de um determinado grupo que almeja transmitir ao homem suas ideologias para que o mesmo faça parte de uma instituição social que tem como objetivo conhecer e valorizar a história e a razão existencial do ser humano.

No Brasil, a história da cultura se propagou com a colonização, isso ocorreu com a chegada dos colonizadores europeus que adaptaram a cultura brasileira. Alfredo Bosi (1992) explana que inicialmente a denominada "colônia brasileira" era vista pelos colonizadores apenas como um "manancial" fornecedor de matéria prima a ser exportado para o influente mercado europeu, interessado somente em explorar as riquezas naturais da nova terra.

Para que essa realidade se modificasse, foi necessário passar por um processo de aculturação e afeiçoamento do europeu e do negro a nova terra e a cultura local, fato este que até a atualidade ainda não se concretizou por completo, pois os povos nativos eram considerados “primitivos” que dominavam uma “cultura rudimentar”, segundo o olhar do europeu, uma vez que habitavam em comunidades organizadas, moravam em ocas, viviam nus com pinturas e enfeites ao corpo. Esses povos trabalhavam na produção de ferramentas e cerâmicas, cultivavam seu próprio alimento utilizando técnicas de agricultura criadas por eles, como a da coivara, em que, o preparo da terra é feito através da queima de plantas que logo serve como adubo. Os nativos também praticavam alguns rituais míticos, em que dançavam, cantavam e tocavam instrumentos criados por eles mesmos.

A este respeito, o escritor e historiador Márcio Souza (2009), acrescenta que a revelação da Amazônia foi um verdadeiro choque cultural, racial e social, pois quando os primeiros europeus chegaram sofreram um impacto com o modo selvagem dos índios, suas diferenças culturais impediam um relacionamento pacifico entre índios e europeus. Os colonizadores acreditavam que os nativos eram desprovidos de cultura, preguiçosos, viviam somente da caça e da pesca, eram seres bárbaros que matavam e comiam seus semelhantes, e não praticavam o cristianismo.

Porém, essa visão europeia é desmistificada quando se faz uma análise da sociedade indígena do período da colonização da Amazônia, pois se verifica que quando os primeiros europeus chegaram à Amazônia, se depararam com uma sociedade indígena integrada ao ambiente local, onde exerciam e dominavam uma cultura denominada “Cultura da Selva Tropical”, sendo esta cultura a responsável por desenvolver sociedades integradas nas condições ambientais da região, esta cultura era baseada na agricultura de plantas com caule subterrâneo, como a batata e a mandioca. No entanto, viviam de uma economia de subsistência, através dos recursos que o ambiente oferecia a eles, ou seja, da exploração da pesca, caça e do cultivo agrícola.

Portanto, o que incomodava o colonizador na posse da nova terra, era a presença dos nativos e a forma como interagiam com o ambiente, sua forma primitiva de viver impedia o progresso da civilização, por isso, a cultura indígena deveria ser dizimada e os povos nativos dominados para a exploração do colonizador. Os europeus acreditavam que os povos indígenas eram ameaçadores, uma vez que dominavam com presteza utensílios de guerra que eles mesmos fabricavam, o que os tornavam valentes e ameaçadores quando em combate.

A desconstrução da cultura originária deu-se, ainda segundo SOUZA (2003), nas retiradas dos índios de suas comunidades, esses índios eram reunidos em fortes, onde deveriam

ser doutrinados pelos jesuítas. Quando o cristianismo não funcionava, os índios eram mortos. A interferência europeia na cultura nativa resultou em uma cultura originária banida, o índio perdeu em parte o direito de exercer os seus conhecimentos, com isso, a Amazônia foi perdendo parte de sua identidade

Dessa forma, a cultura na Amazônica foi se formando/transformando junto ao processo de colonização da região, no entanto, no primeiro momento, da chegada dos colonizadores com ambição de explorar a nova terra, houve a tentativa de transformar o nativo em mão de obra escrava, porém, a forma violenta de interagir com os índios tornou-se responsável pelo extermínio de muitas tribos indígenas, e muitas das que restaram sofreram o processo de aculturamento, o qual contou com uma significativa participação da igreja por meio de seus missionários, que desempenhavam a função de catequizar e civilizar os nativos, prática esta que, segundo Batista (2006), pesou sobre a cultura amazônica como forma de seu "desbrasileiramento". Assim, em meio ao processo colonizatório imperou o preconceito inacabado em relação aos povos da Amazônia.

Portanto, é através da história, da ciência, da antropologia, da literatura, entre outras áreas de conhecimento, é que podemos compreender as etapas que a cultura amazonense percorreu ao longo dos séculos. A literatura Amazônica, de modo especial, teve início com a chegada dos colonizadores na região, acompanhando o processo de descobrimento e conhecimento territorial, cuja finalidade era de cunho informativo, as crônicas dos viajantes retratam os rios, igarapés, a fauna, a flora e as tribos indígenas da Amazônia, considerando que os retratistas das primeiras comissões eram cronistas que se deslumbravam diante da imensa natureza Amazônica, descrita por eles como fonte de riqueza inigualável.

Segundo Souza (2009), esses cronistas e relatores deixaram como herança às gerações futuras o legado do discurso colonial preservacionista de ocupação e de extermínio das culturas tradicionais encontradas, pois enfatizam o extermínio dos índios ao estabelecer a incapacidade de reconhecer o índio na sua alteridade. O autor complementa:

> Discurso colonial e discurso preservacionista são aparições do mesmo estoque de arrogância. Na mão direita, o processo de extermínio dos índios e a violação da natureza por uma lógica econômica ensandecida. Na mão esquerda, o bálsamo de um discurso que não é mais do que a velha tradição do banquete de palavras, das metáforas discrepantes que pintam tudo em levitações da gramática e do significado, numa anacrônica dimensão equatorial do barroco, para que o homem das selvas nunca se liberte do primitivismo. (SOUZA, 2009, p. 114)

O indígena por não conter uma religião idêntica a do povo europeu, nem o hábito da vestimenta, e por apresentar um comportamento diferenciado em suas ações e costumes,

inclusive relacionados também à alimentação, e por não dominarem a escrita, e seguiremleis e regras de conduta diferente dos europeus, estes acreditavam que os nativos eram desprovidos de passado e futuro, cabendo a eles, os colonizadores, mostra-lhes o caminho do desenvolvimento social. Tais fatos dificultaram a restauração da história dos povos nativos da Amazônia, que tiveram sua história descrita de maneira distorcida pelo colonizador. Segundo Jorge Tufic (1982), a história do Amazonas tem sido uma transcrição de fatos políticos, administrativos e econômicos. Os temas regionais do passado tiveram por base os ciclos econômicos, como a extração dos produtos naturais, escravatura amarela e negra e rebaixamento do índio.

3. Nunes Pereira: um antropólogo a serviço do resgate e da preservação da cultura dos índios da Amazônia

A literatura amazonense possui um rico acervo composto não só por autores nascidos no estado do Amazonas, mas também escritores e estudiosos oriundos de diferentes regiões do Brasil e do mundo que vieram para o Amazonas a passeio ou a serviço do governo, a fim de conhecerem a região, realizar pesquisas científicas, trabalhos relacionados a questões de posse e/ou demarcações de terras, entre outras.

Foi a partir dessas missões/trabalhos que muitos deles, deslumbrados com a beleza da imensa floresta e seus rios caudalosos, encontraram inspiração para compor suas obras, como é caso, por exemplo, do militar baiano Lourenço da Silva Araújo Amazonas, um dos percussores do romance amazônico com a publicação da obra “Simá” no ano de 1857, considerado o primeiro romance histórico do alto Amazonas, cuja proposta autoral consistia em criar uma tradição literária brasileira avessa à cultura importada do império português, e que apresentasse uma relação histórica dos conflitos entre indígenas e portugueses na Amazônia.

A partir desta época sucederam-se outras produções que buscavam uma representação mais fidedigna relacionada à região e aos povos que nela habitavam/habitam, seja no aspecto histórico, social, cultural, entre outros, como é o caso de autores como Inglês de Sousa (1853-1918), com obras como “O coronel sangrado”, “O cacaulista”, “O missionário”; Alberto Rangel com a coletânea de contos intitulada “Inferno verde”, na qual procura descrever as nuances dessa região tão vasta e ainda desconhecida; Ferreira de Castro, o jovem autor português que concebe a Amazônia aos olhos do mundo europeu quando publica a enigmática obra “A Selva” (1930), que o torna precursor do neorrealismo português.

Seguindo esta sequência podemos também arrolar autores como o humaitaense Álvaro Botelho Maia; Raimundo Monteiro, Francisco Galvão, além dos também amazonenses, mais contemporâneos, como Thiago de Mello, Márcio Souza, Milton Hatoum, entre tantos outros que, de uma forma ou de outra, nunca deixaram/deixam de representar esta Amazônia que ainda hoje pode ser considerada como um vasto território "desconhecido e enigmático".

É a partir desses autores que a literatura Amazonense externaliza na ficção a história e as experiências dos povos amazônidas como forma de resgate da identidade sociocultural e histórica de seus descendentes.

Entre esses escritores e pesquisadores que buscaram/buscam resgatar a memória do povo amazônico através de seus estudos e pesquisas, Manuel Nunes Pereira também compõe a lista dos autores pertencentes ao acervo da nossa Literatura Amazônica.

Nunes Pereira, como era mais conhecido, nasceu em São Luís do Maranhão, no dia 26 de junho de 1893, aos cinco anos transfere-se com a família para a cidade de Belém do Pará onde permanece por mais alguns anos. Quando adulto vai para o Rio de Janeiro dar continuidade aos estudos, formando-se então em Veterinária. No ano de 1918, após passar no concurso do Ministério da Agricultura, vem para o Amazonas onde se firmou como antropólogo, dedicando-se aos estudos e (re)conhecimento da história e da cultura indígena. Ajudou a fundar a Academia Amazonense de Letras no ano de 1918, falecendo em fevereiro de 1985, na cidade do Rio de Janeiro.

Através das muitas viagens que realizou a serviço do Ministério da Agricultura, com intuito de estudar a fauna amazônica, Nunes Pereira deixou-se levar pelo deslumbramento e curiosidade em relação à natureza amazônica e, principalmente, a vida e a cultura dos povos indígenas da Amazônia, surgindo dessa forma, um forte interesse nos estudos etnográficos e etnológicos**.**

A partir desses estudos, Nunes Pereira passou a se dedicar cada vez mais as pesquisas a respeito da cultura tradicional dos povos da Amazônia. Devido a sua convivência com os índios, o antropólogo passou a coletar as narrativas orais, que tanto expressavam o conhecimento e a cultura desses povos, tornando-se assim um grande conhecedor da cultura indígena local. Fruto de anos de pesquisas e estudos são as várias obras publicadas, tais como, "Baíra e suas experiência" (1940), "Ensaio de Etnologia Amazônica" (1940), "Curt Nmuendaju" (1946), "Os Indios Maué" (1954), "Panorama da Alimentação Indígena" (1964), "Moronguêtá, *um decameron indígena*" (1967), e outras referentes à história e a cultura Amazonense, sendo esta última uma de suas obras mais conhecidas pelo público.

“Moronguêtá, *um decameron indígena*” (1980), trata-se de uma obra que reúne o conhecimento e crenças dos povos indígenas da Amazônia, são lendas, mitos, estórias e superstições, contadas por diferentes tribos indígenas que povoam o imenso território amazônico. É uma obra que já no seu título, bastante sugestivo, “Moronguêtá, *um decameron indígena*”, nos dá uma ideia de como pode ser seu conteúdo, uma vez que o termo “Moronguêtá” na língua dos índios Cauaiua-Parintintim, da família Tupi significa conto, história, lenda, narrativa de fatos autênticos ou imaginários. O subtítulo “decameron” vem da literatura florentina do século XIV, da obra “*IL Decameron*” de Giovanni Boccaccio, onde as narrativas têm um conteúdo heroico, erótico, romântico, obsceno, sarcástico, irônico e humorístico, então, devido esta analogia com a obra de Boccaccio, a presente obra recebeu o subtítulo de “decameron indígena”.

O título da obra em questão tem uma ligação direta com o seu conteúdo, visto que a obra traz uma coleção de contos, lendas e mitos, deram-na a denominação de Moronguêtá, e tendo em seu conteúdo uma sucessão de aventuras e de episódios cômicos e macabros que terminam em drama, sangue, e agonia, outra hora termina em comédia, alegria e risos, que ressaltam a personalidade e o comportamento jovial, alegre, sarcástico e satírico do índio, por este motivo, a denominação “*um decamerom indígena*”, dada ao subtítulo .

A obra de Nunes Pereira é dividida em cinco partes, sendo que a primeira abrange a área cultural do norte amazônico e a região do Tapajós- Madeira. São áreas situadas dentro do limite geográfico do antigo território Federal de Roraima, hoje estado de Roraima, também o estado do Amazonas, na região do Vale do Rio Negro, extremando com as Guianas, Peru, Colômbia, Bolívia, e com os Estado do Pará, Mato Grosso, Acre e Rondônia.

A coleta dessas narrativas exigiu a participação e colaboração direta do próprio indígena, pois, participaram narrando sua própria história, com isso o autor Nunes Pereira realizou um trabalho de resgate e valorização do pensamento, do imaginário e da tradição sociocultural das comunidades tradicionais da Amazônia, em sua vastidão e riqueza cultural.

3.1. Os mitos e lendas amazônicos oriundos dos povos indígenas da Amazônia

É comum encontrarmos na literatura Amazônica o registro da tradição lendária e mitológica dos povos tradicionais que ocuparam este imenso território ainda hoje tão desconhecido e enigmático aos olhos dos visitantes que vêm para a Amazônia em busca de conhecimento sobre sua diversidade mineral, animal, vegetal, e também histórica e cultural.

Várias obras literárias mostram a história, as crenças e os costumes dos povos indígenas cuja cultura sedimentou-se na tradição das narrativas orais primordiais.

O ato de contar história é uma das mais antigas manifestações tradicionais do homem. O conjunto dessas manifestações populares designou o folclore, que é constituído por lendas e mitos. O folclore brasileiro é bastante rico por sua diversidade de lendas, como a do bumba meu boi, a lenda do saci Pererê, a história da mula sem cabeça, do negrinho do pastoreiro. Neste vasto conjunto de lendas e mitos temos também aquelas próprias da região Amazônica, como a lenda do boto, da cobra grande, da curupira, da Uiara, entre inúmeras outras.

A lenda do boi bumbá é uma das mais conhecidas manifestações culturais do Amazonas, chegando a receber o registro de patrimônio cultural do Brasil, uma festa do folclórico brasileiro que gira em torno da lenda da morte e ressurreição de um boi. Recebendo várias denominações em diferentes estado do Brasil, no Amazonas o boi é conhecido como boi-bumbá, responsável por levar milhares de pessoas ao conhecido festival folclórico de Parintins.

A lenda é uma narrativa curta, em verso ou prosa, que teve sua origem na antiguidade. Os primórdios usavam-na para transmitir seus conhecimentos e valores. Transmitida pela oralidade, a lenda é conservada pelo processo de transmissão e persistência no tempo e no espaço. Porém é alterada ao longo do tempo pelos seus transmissores, já em relação ao espaço, ela se refere à tradição cultural de uma determinada região, ou seja, a lenda é baseada no produto imaginário regional e urbano de uma sociedade. São histórias que vão além do real, são relatos como, do famoso curupira de pés para trás, guardião dos animais e da floresta Amazônica, um personagem fantástico da lenda regional amazônica, que reflete o imaginário, a crença e os valores do caboclo ribeirinho.

Já o mito, que também se enquadra entre as narrativas antigas, originou-se nos tempos da sociedade primitiva, que dele fizeram uso para explicar e compreender o ato e a origem existencial, dando um sentido para o universo. Nelly Novaes Coelho (2009) nos explica que, nos primórdios da humanidade, surge no homem à indagação de que no mundo visível e concreto que vivia devia existir uma força invisível e misteriosa que regia sua existência e sua relação com o mundo. Dessa forma surgiram os deuses, semideuses e heróis da mitologia. A autora complementa:

> Pode-se dizer que, para o homem primitivo, a criação dos mitos foi uma necessidade religiosa. Para o homem moderno, a interpretação de tais mitos resultou, inicialmente, de uma necessidade científica, porque neles está a raiz de cada cultura e até de cada história particular. (COELHO, 2009, p. 170)

Os mitos em sua função, segundo a revista “Mitologia: cultura, lendas e mitos”, podem ser divididos em dois grupos, os mitos da criação e os mitos explicativos. Os mitos da criação representam a origem do mundo, já os mitos explicativos falam dos acontecimentos naturais. Porém são narrativas que fogem da lógica e da racionalidade, onde o homem precisa da imaginação para sua interpretação. No entanto, cada povo tem seus mitos, por isso ele se refere a uma realidade coletiva. Os mitos são a identidade de uma civilização, que o transmitem de geração a geração, para que cada sociedade conheça e retorne as suas origens.

Algumas características peculiares diferem a lenda do mito, como a sua formação, pois o mito é produto da sociedade primitiva, para explicar a origem do mundo e o comportamento humano. Já a lenda produzida pelo imaginário regional ou urbano, e é utilizada para explicar acontecimentos misteriosos.

Sendo o mito criado pelo homem como forma de explicar fatos da realidade e da natureza, até então não compreendidos por eles, torna-se importante esclarecer também que nos primórdios o homem descreveu o mundo de acordo com o que lhes era peculiar.

No caso dos mitos Amazônicos, estes são reveladores da cultura e dos povos primitivos da região. Marcos Frederico Kruger (2011) complementa que o mito é o produto de uma determinada sociedade, entre as funções, a mais explicita é a etiológica, que são as explicações para origens, porém a que mais fundamenta é a ideológica, que são os valores de uma determinada sociedade, ou seja, as ideologias da comunidade que o gerou. O mito faz parte do patrimônio cultural com a função essencial de contribuir com a sociedade**.**

Ao confrontar natureza e cultura por meio de um mundo primitivo e ao mesmo tempo mágico, que ainda sobrevive na Amazônia através de suas tradições culturais, Krüger afirma ainda que o mito, enquanto expressão das sociedades primitivas encontra na literatura, por meio da mitologização que se faz presente em obras literárias contemporâneas, uma nova roupagem pela busca de uma sociedade diferente, uma vez que, através do mito, torna-se possível a recuperação do paraíso perdido:

> Apesar do esforço em alguns setores, para se construir uma sociedade mais justa, o que equivaleria a uma espécie de volta ao paraíso, esse esforço nem sempre obtém sucesso. É por isso que etnólogos, viajantes e escritores buscam outra realidade. Eles procuram as origens, onde estão os mitos (KRÜGER, 2009, p. 41).

No imaginário amazônico existe uma estreita relação entre o mito e a constituição das relações entre os indivíduos, e também uma forma de explicar, ou “justificar” determinados conceitos e doutrinas que se consolidaram numa sociedade ainda vigente, como é o caso, por

exemplo, do sistema patriarcal, que adquiriu consistência na constituição familiar através do cristianismo por meio do mito de criação do homem consolidado na crença de que Eva foi feita da costela de Adão, sendo assim, o primeiro casal, e que esta, a mulher, concebida a partir do homem, devia-lhe obediência e submissão.

A partir deste princípio disciplinador concebido pelo catolicismo criou-se papeis distintos de atuação entre os sexos, assim como também diferentes formas de relações entre os gêneros, que por meio das mais diferentes representações, hora situa a mulher (ser feminino) em distintas posições, ou seja, ora a figura da mulher é associada à imagem terna e maculada da virgem Maria, a mãe cheia de bondade, protetora e misericordiosa, sendo este, segundo Beauvoir, uma dos papeis mais "importantes que foram atribuídos à mulher" (BEAUVOIR, 1980, p. 225), ora também a mulher tem sua imagem associada à Eva, símbolo do pecado e da perdição, e a partir desta dualidade, cria-se em torno da mulher diferentes representações, como é caso, por exemplo da narrativa a qual tomamos aqui como foco de discussão, intitulada "Macunaíma e as mulheres teimosas", na qual o ser feminino tem sua imagem associada a elementos mitológicos negativos, como é caso do mito de Pandora, aquela responsável por deflagrar a maldição sobre a terra, destruindo a harmonia paradisíaca que reinava entre os homens, assim também acontece nesta narrativa ancestral indígena ao atribuir à mulher, como fruto de sua curiosidade e teimosia, a responsabilidade pela existência do mal e das pragas sobre a face da terra.

4. O "MITO DE MACUNAÍMA E AS MULHERES CURIOSAS" - a mulher e o mito na tradição oral dos povos indígenas da Amazônia

Na narrativa mitológica ancestral a mulher carrega consigo uma constante relação conflituosa com o homem por meio de uma representação associada ao "mito da criação humana", visto que há vários mitos que relacionam a imagem do ser feminino a valores intactos e de forma negativa. Simone de Beauvoir (1980) esclarece que o pensamento mítico objeta na mulher um eterno feminino, se a definição desse eterno feminino é contrariada, é a mulher que está errada. Ou seja, se a mulher foge do seu estado de obediência e subordinação, deixa de ser a mulher ideal ao homem, passando a ser condenada pelos valores da sociedade tradicional.

Um exemplo desta tradição pode ser observada na obra do autor Nunes Pereira, "Moronguêtá *um Decameron Indigena*", especialmente no conto "mito de Macunaíma e as mulheres curiosas", narrativa esta que faz referência ao estado de subordinação e obediência feminina associados ao mito da criação do mundo, quando a mulher tem sua imagem

representada de maneira negativa, ou seja, como detentora de uma natureza pecadora por meio da curiosidade e desobediência, características tidas como “naturais” do ser feminino.

A narrativa em questão, aqui tomada como exemplificação do papel da mulher na representação do mito que circunda as narrativas ancestrais dos povos indígenas da Amazônia, conta que Macunaíma, numa ordem patriarcal hegemônica, querendo experimentar se suas mulheres o obedeciam, e não eram curiosas, resolveu mostrar-lhes duas cumbucas bem tampadas, dizendo-lhes que não mexessem, nem as destampassem. Passado algum tempo essas cumbucas ainda permaneciam intactas, embora as mulheres de Macunaíma tinham sua curiosidade atiçada em relação ao conteúdo das mesmas, porém nenhuma delas ousava desobedecer a Macunaíma. Certo dia a mais moça das esposas pegou uma das cumbucas e desatou a envira que sustinha a tampa, de dentro da cumbuca saiu nuvens de carapanãs. Macunaíma apareceu de repente pegando a mulher em flagrante com a cumbuca ainda nas mãos. Na tentativa de se desculpar ela disse que tinha sido a força dos carapanãs que tinha aberto à cumbuca. Macunaíma vendo que aquela mulher, além de desobediente e curiosa, era também mentirosa, castigou-a dizendo que não se deitaria mais com ela.

Macunaíma reuniu todas as suas mulheres e disse que qualquer curiosidade traria grande sofrimento para todos, até para filhos e netos. Mas algum tempo depois ninguém se lembrava do acontecimento e nem da mulher curiosa, então a mais velha das esposas, tomada pela curiosidade, resolveu pegar a outra cumbuca e fez nela um buraquinho para espiar por ele, do buraco começou sair nuvens de piuns, que ferraram todo o corpo da velha. Quando Macunaíma estava chegando com as outras mulheres e seus filhos os piuns começaram a ferrar toda aquela gente, que correu para a beira do rio Contigo, mas lá tinha mais piuns do que dentro de casa. Então a velha disse para Macunaíma que os piuns fizeram muita força e barulho, até que a tampa se soltou. Macunaíma sabia que a mulher estava mentindo, pois ela também era desobediente e curiosa, por isso, resolveu castigá-la, não comendo a comida e não bebendo a bebida que ela preparava, além disso, Macunaíma nunca mais se deitou com ela.

A partir de então os piuns tomaram conta de Roraima, do Uêitêpê, do rio Contingo e estão sempre atormentando as pessoas. Conta à lenda que Macunaíma e sua família foram embora dali, do Cauirã, na vista Geral, porque os carapanãs e os piuns os atormentavam dia e noite, e os piuns se espalharam pelos lavrados do Uraricuera, do Tucutu, do Surumu. E também pelas baixas do Amajari e do Rio Branco, e as pessoas nunca mais tiveram tranquilidade e paz.

A partir da mitologia indígena da Amazônia, por meio das narrativas ancestrais dos povos indígenas, podemos perceber como a mulher tem sua presença associada de forma negativa no que concerne a ela a responsabilidade pela desgraça e pelo caos que se instaurou sobre a face

da terra devido sua curiosidade e teimosia, fatores estes que, através de suas mãos, foram responsáveis por transformar o "paraíso terreno" em "inferno", ou seja, a paz e a harmonia que reinava naquele ambiente foram destruídas pelas mãos femininas.

O mito da criação procura explicar a origem do mundo e tudo que faz parte dele. Assim, a mulher costuma ser representada como um ser de características negativas, causador dos sofrimentos para a humanidade, todas as manifestações negativas diz respeito a ela. Segundo a história bíblica, a mulher é assim representada desde o princípio do mundo. Podemos exemplificar esta afirmação por meio da figura de Eva, que na sua desobediência ao criador coloca todos os seres humanos na condição de também pecadores, carregando consigo a herança do "pecado original". Desta forma, a mulher tem sua imagem associada a propagação do mal, aquela que leva o homem a sua decadência/perdição.

No conto aqui apresentado, as duas mulheres de Macunaíma, ao abrirem as cumbucas, levadas pela curiosidade, tornam-se desobedientes ao marido, quebrando assim, uma harmonia pré-existente, e ao mesmo tempo, fixando-se o seu eterno feminino. Nesse momento elas deixam de ser a mulher ideal para Macunaíma, que as castiga. Assim, a mulher é tida como propagadora do mal. O ato de desobedecer ao homem coloca toda uma civilização em desgraça e ela se torna responsável pelas pragas existentes no mundo, o que também significa a "quebra" do paraíso, o fim da harmonia.

Seguindo esta linha de raciocínio, é interessante observarmos a forma como Luis de León (s/d), a partir de conceitos bíblicos/religiosos, constrói o modelo ideal da figura feminina no século XVI, recorrendo aos padrões éticos e religiosos da Idade Média e do Renascimento como artifícios para expor suas ideias, refletindo assim, o pensamento do homem medieval e renascentista a respeito da mulher, que segundo ele, o ofício do casamento significava, "o caminho onde também se tropeça, corre-se perigo, erra-se e que tem a necessidade de guia como os demais"(LEÓN, s/d, p. 13), ou seja, a mulher, em sua concepção, tratava-se de um ser vulnerável e sem autonomia, que necessitava da constante "orientação" masculina.

Com relação à narrativa da história de Macunaíma e suas mulheres "curiosas", é possível também fazermos uma associação entre este mito de criação, no qual as mulheres, guiadas pelo instinto da curiosidade, tonam-se responsáveis por quebrar a harmonia existencial, com o mito grego de Pandora, pois esta, assim como as mulheres curiosas de Macunaíma, também desobedeceu aos deuses que a incumbiram de guardar uma caixa na qual se guardava "coisas maravilhosas", mas que ela, Pandora, jamais poderia abrir esta caixa, em hipótese alguma, inclusive, sob pena de que "coisas horríveis poderiam acontecer". Porém, ela não conseguiu resistir à curiosidade e abriu a tal caixa que, ao invés de conter as ditas "coisas maravilhosas",

dela saíram todas as desgraças que poderiam atingir os seres humanos e se espalharam pela face da terra, como doenças, pestes, guerras e males inimagináveis, restando em seu interior apenas um elemento: a esperança, sendo esta a única forma pela qual o homem poderia combater os males do mundo.

Alguns mitos perpetuaram-se na mitologia grega ao se mostrarem bem construídos em seu caráter exemplar e disciplinador, e assim permearam a cultura ocidental de tal maneira que continuam lembrados nas produções literárias, assim como também em outras artes do saber, e por isso, ainda são frequentemente citados.

Segundo o professor e poeta paraense, João de Jesus Paes Loureiro (2014), cada cultura busca legitimar os aspectos que lhe são inerentes e a cultura amazônica, mesmo no século XXI, ainda preserva uma profunda dimensão dessa herança mitológica cultural como forma de conhecimento do mundo e suporte disciplinador da organização social. Segundo Loureiro, os mitos amazônicos possuem a mesma grandeza dos mitos advindos da milenar cultura Greco-latina:

> Se compararmos a estrutura de mitos gregos que estão no fundamento da nossa tradição cultural com mitos amazônicos e soubermos interpretar os mitos amazônicos com a mesma grandeza e competência que os filósofos e artistas gregos interpretaram em sua cultura, veremos que há uma equivalência de valores e dimensões simbólicas (LOUREIRO, 2014, p.11).

Assim, torna-se possível associar a representação simbólica e disciplinadora que se faz presente no mito grego de “Pandora” com o mito de “Macunaíma e as mulheres desobediente”, uma vez que o conteúdo disciplinador e organizacional presente em ambas as narrativas indicam a mulher como causadora das desgraças e males existentes no mundo. De acordo com seu teor, esses mitos enfatizam através da herança cultural a visão de que a mulher não é digna de confiança por parte do homem, ou seja, trata-se de um ser irresponsável que não sabe administrar a confiança e o poder, cabendo a ela a submeter-se às “orientações” masculinas.

Em relação ao lugar e aos direitos das mulheres, Lúcia Osana Zolin (2009) nos acrescenta que na Era Vitoriana (1832-1901) a mulher sofreu com as suas condições sociais, sendo discriminada por inferioridade intelectual, ou seja, a mulher não poderia usar o seu intelecto, pois estaria violando a lei natural e religiosa. A mulher teria que exercer o seu papel e submissa, generosa, delicada, mãe dedicada ao lar, e inocente, já que a sociedade em questão impunha que o papel de submissão da mulher é da vontade divina, ou seja, como enfatiza Simone de Beauvoir, para o homem, “a mulher ideal é perfeitamente estúpida e submissa” (BEAUVOIR,

1980, p. 247), estando sempre preparada para acolhê-lo sem nunca lhe pedir nada, pois o único destino que lhes será reservado será sempre o domínio masculino.

Diante do exposto, podemos observar, por meio da narrativa amazônica, uma legitimação do mito de subordinação feminina mesmo entre uma cultura tida como "primitiva" e distante dos grandes centros culturais, como é caso dos povos indígenas da Amazônia que, inclusive, devido à imposição colonial, não tiveram, a princípio, sua cultura reconhecida, mas que, a partir do momento em que esta passa a ser descoberta e estudada, observa-se uma estreita confluência com os mesmos preceitos básicos milenares da cultura grega.

Outro fator interessante de se observar, comparando as duas narrativas, o mito de Pandora e o mito das mulheres de Macunaíma, é que enquanto Pandora é descrita como uma mulher bela e encantadora, digna de reverencia dos Deuses, na narrativa indígena não há distinção entre a mulher bonita e a feia, a jovem e velha, pois ambas, seja a mais nova ou a mais velha, recebem a mesma incumbência e ambas têm que seguir a regra tradicional que o homem lhes impõe, assim como também são passíveis dos mesmos castigos.

O mito de Macunaíma também faz referência a bíblia quando estabelece que por consequência da desobediência feminina fará com que os descendentes de Macunaíma sofram o castigo eterno, isso enfatiza o fato de que assim como Eva, as mulheres de Macunaíma também propagaram a desarmonia no universo. No conto também fica explícito que a mulher sem a autoridade do homem é um ser insignificante, pois, Macunaíma dá a elas o castigo de ignorá-las, e elas sofrem com isso. Macunaíma não aceita as esposas desobedientes, ele é caracterizado como o senhor que tem orgulho do domínio sobre a mulher, sendo essa, sua propriedade e escrava.

Podemos verificar na narrativa analisada que Macunaíma é quem dita às regras, e as mulheres permanecem sob sua dependência, a organização social por meio do poder disciplinador exercido pelo mito é puramente regido pelo patriarcalismo. Nesse sistema, a própria mulher desde muito cedo submete-se à dominação masculina, embora cabe observar que toda a manifestação de poder exige o consentimento por parte do oprimido, o que o legitima, assim, as mulheres condicionadas às imposições do poder masculino assim o fazem com seu próprio consentimento, um sistema que também lhes são, de certo modo, conveniente, pois ao se submeterem ao poder masculino, acreditam também serem protegidas e amadas, como acontece com "as mulheres desobedientes de Macunaíma", cujo castigo atribuído por sua desobediências é justamente não poder mais "servir seu senhor", ou seja, o ato "pecaminoso" por elas praticado faz com que as mesmas recebam o maior de todos os castigos: não serem mais amadas por seu opressor.

CONCLUSÃO

Conforme evidenciado na pesquisa aqui apresentada, quando os primeiros Europeus chegaram à Amazônia depararam-se com uma sociedade que já constituía e com uma cultura sedimentada que ainda hoje sobrevive através das narrativas orais e representações mitológicas, nas quais s povos nativos da Amazônia já empregavam certos paradigmas sob os quais orientavam as relações de gêneros no convívio familiar e social, como por exemplo, a distribuição de responsabilidades e a divisão de trabalho que era mantido de acordo com as diferenças de gênero.

Usado para explicar a origem de alguns fenômenos, e composto por valores moldados pelo homem, o mito realça e traz à tona a questão da subordinação feminina na sociedade. Através da simbologia do mito da criação, o mito de Pandora, assim como também o conto aqui analisado, observamos como a sociedade primitiva e/ou tradicional atribui valores negativos na representação do ser feminino.

É possível também verificar em nossa análise a forma com que na literatura ancestral a mulher tem sua característica pré-concebida sob padrões tradicionais, quando também lhe são atribuídos estereótipos que as designam viver sob a dependência masculina, uma vez que o homem, numa concepção puramente patriarcal, confere a si mesmo a posse do poder socialmente hegemônico sobre a mulher. Na visão de Beauvoir (1980), as razões que levam a mulher a se submeter à opressão masculina é a própria maneira com que ela se engana ao pensar que não é livre, tendo o meio como influenciador desse processo que estimula a fraqueza feminina. A mulher então aceita a opressão e torna-se cúmplice e propagadora da própria subordinação.

Se a mulher, na narrativa em análise, recusasse as desmanda do homem, ela se tornaria o sujeito de suas ações, e também teria para si o poder de decisão e dominação, mas para que isso não ocorra, surge então a simulação por meio do discurso disciplinador, que procura através de um sistema hegemônico e patriarcal instaurar o poder masculino como forma de organização social, cuja transgressão, real ou simbólica, acarretará prejuízos para toda a sociedade, ou seja, a transgressão e desobediência às leis impostas pelo poder patriarcal resultará na desarmonia social.

A análise da obra mostra que a condição feminina, na mitologia ancestral indígena, derivou do padrão tradicional do sistema patriarcal, assim sendo, a sociedade indígena praticou/pratica em sua cultura a crença de que a mulher sem o domínio do homem pode tornar-se um ser extremamente desastroso, capaz de “quebrar” a harmonia existente no mundo. Assim,

fica atribuído à mulher, por meio de uma herança mitológica, a responsabilidade histórica milenar da origem de todas as coisas ruins existente no mundo, colocando-a como propagadora do mal disseminado na humanidade, sendo este um paradigma construído através do processo social e cultural, e predominado na sociedade por questão de valores hegemônicos e culturais

REFERÊNCIAS

BATISTA, Djalma. **Amazônia – Cultura e Sociedade**. 3ªed. (org); Tenório Telles. Manaus: Valer, 2006.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECHARA, Evanildo**. Dicionário da Língua Portuguesa.** 1. Ed, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

BOSI, Alfredo**. Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antônio**. Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil:** Teoria, análise, didática. 7ª ed. rev. São Paulo: Moderna, 2009.

COSTA, Heloísa Lara Campos da. **As mulheres e o poder na Amazônia**. Manaus. EDUA, 2005.

DEL PRIORE, Mary. História das mulheres: as vozes do silêncio In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998, p. 217-235.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.

KRUGER, Marcos Frederico. **Amazônia: mito e literatura**. 3ª edição- Manaus; Editora Valer, 2011.

LEÓN, Fray Luisde. **A perfeita mulher casa**. Tadução Liliana Raquel Chwat. Grandes coleções, Editora Escala, São Paulo, s/d.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **A pororoca poética**. Revista Valer Cultural. Ano II, no. 11, junho/julho, 2014.

OLIVEIRA, Robson. **MITOLOGIA: Cultura, deuses, heróis e mitos**. Discovery Publicações: São Paulo- SP, s/d.

PEREIRA, Manuel Nunes**. Moronguêtá: Um Decameron indígena**- 2.ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: 1980**.**

SILVA, Marisa Corrêa. Crítica sociológica. In: BONNICI, Thomas (Org.); ZOLIN, Lúcia Osana. (Org). **Teoria Literária:** abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2003.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978

_____. **A História da Amazônia.** Manaus: Valer, 2009.

TUFIC, Jorge. Literatura Amazonense (de Carvajal a Ferreira de Castro). In: **Existe uma Literatura Amazonense?** UBE do Amazonas __ União Brasileira de escritores,1982.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (orgs.) **Teoria literiária:** abordagens históricas e tendências contemporâneas. Maringá: Eduem, 2009, p. 217 - 255.